

Stoltenberg diz a Funaro que procure os bancos

GRAÇA MAGALHÃES-RUETHER
Correspondente

BONN — O Ministro da Fazenda da Alemanha Ocidental, Gerhard Stoltenberg, disse que a renegociação da dívida externa brasileira deve ser feita com os bancos e não com os governos dos países credores. Em um comunicado divulgado ontem em Bonn, Stoltenberg disse que o seu país tem grande interesse nas relações comerciais com o Brasil, mas ressaltou:

"O Brasil precisa, se possível rápido, iniciar conversações com os bancos para chegar a um novo acordo de renegociação. Um entendimento com os credores privados tem um grande significado para o prosseguimento das relações com as instituições internacionais e com os países industrializados do Ocidente".

Uma fonte do governo disse que essa posição resulta de uma decisão comum da Conferência de Paris, onde os governos resolveram não abrir tal exceção — negociação de governo a governo — porque ela teria a con-

sequência de que outros países endividados procurassem o mesmo caminho.

"Isso não funciona naturalmente", disse a porta-voz de um dos três maiores bancos da Alemanha sobre a tentativa brasileira de incluir o governo alemão nas negociações. Ela lembra também que mesmo que o governo quisesse não poderia influenciar os bancos particulares. Só uma vez, na história do pós-guerra, o governo alemão ocidental interferiu: em 1980, quando sugeriu aos bancos alemães que liberassem mais créditos para a Polônia. Os bancos atenderam, mas, segundo ela, a crise de endividamento da Polônia só fez aumentar com esse "fresh-money".

O Presidente do Deutsche Bank, Alfred Herrhausen, disse que a taxa de juros deveria ser regulada às possibilidades do país endividado, mas com a condição de que este apresente um programa de estabilidade econômica e crescimento. Já o presidente da Caixa Econômica Federal, Helmut Geiger, sugeriu uma forma indireta de "ajuda ao desenvolvimento", mesmo levando em conta

prejuízos para os bancos particulares, na forma de uma renegociação realista:

— Mesmo que tal negociação resulte em juros mais baixos para os bancos alemães, o que significa um lucro menor e também um imposto menor. Neste caso, também o estado entraria com a sua parte. Esta seria uma nova forma indireta de ajuda ao desenvolvimento.

Como foi divulgado ontem em Bonn, o Ministro da Fazenda do Brasil, Dílson Funaro, disse durante encontro com seu colega alemão Gerhard Stoltenberg, na noite de sexta feira, que não estava satisfeito com a composição do Conselho de 14 bancos internacionais que trata da dívida externa brasileira. Funaro teria exigido uma reestruturação desse Conselho, liderado pelo Citibank de Nova York, porque nele os americanos estão mais fortemente representados do que têm direito em termos da sua parte na dívida externa, calculada em US\$ 24 bilhões. Nem o Ministério da Fazenda nem os bancos quiseram comentar a reivindicação.